

Urbanismo na América do Sul: a contribuição das profissionais mulheres através das revistas especializadas, 1940-1980

Telmi Adame

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-graduação da FAUFBA.

telmiarquit@hotmail.com

Mariana Santos de Oliveira

Bacharel em Ciências e Tecnologia; Estudante de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal da Bahia.

marioliveira1995@hotmail.com

Alyssa Volpini

Estudante de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal da Bahia

alyssa.volpini@gmail.com

Shirlei Pimenta Soares dos Santos

Estudante de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal da Bahia.

shirleipimenta04@gmail.com

Priscila Monique da Silva Santos

Bacharel em Artes; graduanda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia

priscilamonique-arq@hotmail.com

Rosana de Melo Costa

Bacharel em Artes; graduanda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.

zana_mello@hotmail.com

José Carlos Huapaya Espinoza

Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor na Universidade Federal da Bahia.

joseespinoza@ufba.br

Eixo: A construção da cidade sul-americana contemporânea: história e historiografia.

Introdução

Para iniciarmos nossa discussão veremos aqui uma breve apresentação da conjuntura vivenciada pelo continente sul-americano durante as décadas de 1940 a 1980, compreendendo a importante atuação dos profissionais de arquitetura e os acontecimentos que levaram o desdobramento dessas

idades. O território do cone sul como um todo passou, a inícios do século XX, por um processo de expansão demográfica e urbana, onde o estado se torna o principal agente ativo. Se compararmos algumas das principais cidades podemos ver nitidamente esse avanço populacional: em 1940 Lima possuía 661.508 habitantes, Buenos Aires em 1947, 4.722.381 habitantes e 1920, São Paulo 579.033 habitantes. Esses números aumentam na década de 1960, passando então para 1.901.927 habitantes em Lima, 6.739 habitantes em Buenos Aires e 3.781.446 habitantes em São Paulo (GOMES; HUAPAYA ESPINOZA, 2009).

Entre as décadas de 1930 e 1960, nas nações sul-americanas, o ritmo de urbanização acelerada mostrou um quadro de muitas semelhanças, o que levou a busca conjunta de soluções para todo o continente. A necessidade de pensar e produzir desde arquitetura a planos urbanos se deve ao fato de que várias cidades do continente passaram por grandes problemas urbanos em comum. Surgem então projetos de cidades universitárias, planos de expansão urbana, conjuntos habitacionais, políticas públicas etc. Junto a essa onda de novas produções teóricas e práticas cresce a construção civil e a intervenção estatal, vistas como soluções para o déficit habitacional no continente (GOMES; HUAPAYA ESPINOZA, 2009).

A conjuntura internacional passava por um clima de guerra que levava a mudanças tanto políticas, quanto ideológicas. O primeiro pós-guerra lança aos países o desafio da reconstrução; na Europa Ocidental a Primeira Guerra Mundial (1914–1918) deixou países em completa destruição. A partir da década de 1930 a questão habitacional ganha então destaque, sendo visivelmente discutidas em diversos meios de comunicação. As principais formas de troca entre os profissionais ocorreriam em eventos profissionais, e atividades editoriais, como os artigos publicados em revistas especializadas. A experiência habitacional de diversos países, além de temas como escolas, hospitais, comércio etc., eram apresentados por matérias editoriais como referencial para aplicações locais. Em 1940, sobre influência norte-americana, aparecem os temas de cidade, urbanismo e gestão urbana.

Ao tratarmos sobre o urbanismo na América do Sul é inevitável falar sobre as influências estrangeiras que nela se fizeram presente, o que faz sentido quando se assimila que o desenvolvimento urbanístico na América Latina no século XIX e início do século XX ocorreu em função das suas relações internacionais, tendo, portanto, seu processo de urbanização dependente da incorporação no mercado mundial (SANTOS, 1982 apud PINHEIRO, 2009). Já na década 1920 ocorre uma série de visitas internacionais que acabaram se tornando referência para a produção tanto arquitetônica

quanto urbanística, através de profissionais da área (ou relacionados a ela). Dentro deste panorama, notórias produções no âmbito do planejamento urbano foram concebidas, a partir dos anos de 1920, em algumas capitais do chamado Cone Sul, sendo elas: Rio de Janeiro, Buenos Aires, Montevidéu e Santiago do Chile, cujos arquitetos e urbanistas responsáveis foram Alfred Agache, Jean-Claude Forestier, Augusto Guidini e Karl Brünner, respectivamente. Estes projetos traduzem a composição dessas influências, baseadas sobretudo nos princípios do academicismo (através do estilo *Beaux-Arts*) e da instituição *Musée Social de Paris*, elementos estes presentes na própria formação acadêmica dos profissionais mencionados, e que, como se espera, incorporaram tais fundamentos em seus fazeres urbanísticos (PINHEIRO, 2009).

É a partir da década de 1930 que passam a ser introduzidas as influências do Movimento Moderno com a ida de profissionais modernistas estrangeiros como Frank Lloyd Wright, na cidade do Rio de Janeiro, em 1931, e Le Corbusier, também na cidade do Rio de Janeiro, além de São Paulo, Montevidéu e Buenos Aires, em 1929. Entretanto, apesar de algumas exceções práticas realizadas por Le Corbusier, as ideias do modernismo estiveram, de início, presentes muito mais na teoria do que na prática, sendo somente nas décadas seguintes, mais especificamente no segundo pós-guerra, que estas despontam e passam a exercer uma influência mais sólida, em muito, devido às alianças que se formaram entre as instituições governamentais e arquitetos defensores do Movimento Moderno. Essas alianças se formavam na tentativa de expressar a conquista da modernização e do desenvolvimento econômico, apoiando-se no interesse estrangeiro em divulgar internacionalmente o modernismo latino-americano e apropriando-se da era moderna através da construção de conjuntos habitacionais e edifícios administrativos, por exemplo. Tratando do âmbito do urbanismo:

[...] pode ser dito que as principais influências estrangeiras na América Latina do pós-guerra passaram do academicismo ao modernismo funcionalista, herdeiro dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), os quais serviram, com o desenvolvimentismo, aos objetivos progressistas de regimes latino-americanos, tanto democráticos quanto ditatoriais (ALMANDOZ, 2009, p. 235).

As influências eram difundidas, como já citado, através dos encontros e produções editoriais, a publicação da última dependia sem dúvida de uma seleção que perpassa relações profissionais e pessoais de editores de revistas de arquitetura do continente. Nesse processo as mulheres socialmente estavam em certa desvantagem, o convívio público não era adequado, muito menos manter amizades com homens. Muitas vezes reduzidas a estereótipos de fragilidade e incapacidade

de realizar grandes feitos, era necessário um grande esforço por parte delas para romper com o pré-julgamento. Diante deste conjunto de informações iniciais surge o questionamento: quais foram as mulheres que contribuíram de forma expressiva para a construção das cidades do cone sul e quais foram seus feitos?

A fim de responder tal questionamento, optamos por identificar e analisar projetos governamentais produzidos por mulheres, presentes em quatro revistas especializadas: *Habitat e Arquitetura e Engenharia* (Brasil), *Revista de Arquitectura* (Argentina) e *El Arquitecto Peruano* (Peru). Os resultados deste trabalho, constitui-se em uma conclusão parcial do projeto de pesquisa intitulado “Arquitetas e urbanistas [des]conhecidas: por uma ampliação da história da arquitetura e urbanismo modernos na América latina, 1929-1960¹”. Além das revistas já citadas, o mesmo projeto de pesquisa abordou outras revistas, porém não incluídas aqui, por não conterem o perfil de projetos selecionados. Ao longo do mesmo, sentiu-se a necessidade de estender o período de pesquisa de 1960 até 1980.

Um olhar sobre a diversidade no espaço público

A construção cultural que é determinante no papel do homem e da mulher, coloca uma série de fatores morais e ideológicos que pensam distintas concepções e divisões entre o espaço público e privado. Esses valores, tradicionalmente repetidos em duas divisões, ao homem, é dado o espaço público, como espaço de produção e trabalho. A mulher a segregação ao espaço privado, destinado a reprodução e aos atributos do lar. Esse último trabalho, ligado diretamente com o espaço privado, ou seja, afazeres domésticos e cuidados com filhos, doentes, idosos etc., por séculos (e até hoje), não remunerado.

Até o século XX no urbanismo não havia questionamentos em torno, não apenas da questão de gênero e a divisão social de papéis, mas também em relação às pluralidades existentes dentro da cidade. A suposta escala humana, abordada desde Vitruvius, do século XV de Leonardo da Vinci ao *Modulor* do século XX de Le Corbusier cria uma simbólica realidade universal, tendo a figura neutra como o modelo masculino “em que o corpo da mulher e das minorias estão ausentes, reprimidos e

¹ A pesquisa em questão está em seu terceiro ano de produção, desenvolvida na Faculdade de Arquitetura da UFBA e iniciada em junho de 2017, a qual possuiu como integrantes as pesquisadoras Alyssa Volpini Lustosa, Caroline Vieira Pinto Travassos, Clara Demettino Castro Vasconcelos, Mariana Santos de Oliveira, Nedda María Alejandra Noel Tapia, Priscila Monique da Silva Santos, Sabrina Rachel Rubio, Telmi Adame e como orientador o Prof^o. José Carlos Huapaya Espinoza. Além destes, é necessário fazer um agradecimento a todos aqueles que de alguma forma viabilizaram e contribuíram para o processo de pesquisa realizado, entre eles: Arthur Fernando dos Santos Reis.

esquecidos” (CORTÉS, 2006 apud NOVAS 2014, p. 36). Uma das pioneiras, que aponta essa carência, é Janes Jacobs, que sob uma perspectiva sociológica critica a desigualdade nos projetos de espaço urbano, em especial as derivadas do Movimento Moderno. A inclusão da perspectiva de gênero na área de conhecimento do urbanismo é apenas uma entre as categorias de diferentes particularidades, às quais a cidade deve de maneira democrática se comprometer.

Los espacios físicos condicionan el derecho a la ciudad (Muxí et al., 2011:107). Si, en reconocimiento de los derechos humanos, éste se tiene que ver garantizado, la perspectiva de género es sin duda un factor clave a incluir para exigirnos reflexionar sobre un espacio urbano inclusivo, para todas y todos, construido desde la diferencia y no desde la igualdad. Desde la diferencia entendida como valor y como proceso (RUÍZ SÁNCHEZ, 2011 apud NOVAS, 2014 p. 44).

Em *Morte e Vidas das grandes cidades* (1961), Jacobs (apud NOVAS, 2014) crítica a cidade zoneada, que ignora a necessidade plural humana e atenta a forma de conexão o entre essas diferentes zonas, feita através de veículos privados, sendo segundo ela insustentáveis para as atuais cidades. Ao compararmos essa solução urbana, com necessidades atuais das mulheres encontramos um projeto falido em diversos atendimentos essenciais. A mulher, em seu cumprimento social atende diversas demandas cotidianas, colocando muitas vezes o outro antes de si mesma. As tarefas são múltiplas: mercado, farmácia, escola, creche, feira, trabalho, estudo etc. Por vezes, ambas em um mesmo dia.

Maria Novas (2014) define sobre uma perspectiva de gênero no urbanismo estratégias de intervenção e fomento de cidades inclusivas, definindo assim a chave para a construção de cidades mais humanizadas, divide-se assim em tópicos: *La ciudad diversa*, *La ciudad segura*, *La ciudad accesible*, *La ciudad democrática* e *La regeneración urbana de la ciudad*. A cada título, a autora traz uma contribuição para a construção de cidades mais igualitárias. A cidade diversa, proposta por Novas (2014), busca alcançar um equilíbrio entre as dominações de sexo, através da análise real de espaços usuais para as mulheres e sua organicidade. Para que isso seja possível se utiliza de: equipamentos e infraestrutura, mescla de usos e serviços, e a garantias de mobilidade, amenizando assim limitações de tempo-espaço. “Além disso, sua arquitetura deve ser ajustada, devem ser projetadas como espaços que promovem a interação, permitem a coesão social, e não como peças monolíticas isoladas de seu entorno” (NOVAS, 2014, p. 47, tradução nossa). Uma cidade segura, é fruto da percepção de segurança do indivíduo e envolve diversas esferas: política, econômica, social e cultural.

En la visibilidad resulta clave la proyección de un alumbrado público, suficiente y uniforme, mientras que la ruta clara se favorece a través de la ordenación espacial, evitando barreras, huecos, callejones y rincones. Los entornos multifuncionales (es decir, la existencia de servicios y mezcla de usos de la ciudad diversa desarrollada en el punto anterior) generan concurrencia, control social informal o vigilancia natural (ORTIZ GUITART, 2007 apud NOVAS, 2014, p. 50).

Elementos assim, são indispensáveis para reduzir o sentimento de vulnerabilidade no espaço público, em especial em relação às mulheres. A cidade acessível não se trata apenas de pessoas com necessidades especiais.

Todos podem ter por diversos motivos, em algum momento de suas vidas, certas limitações e mesmo que isso não ocorra, em grande parte de nossas vidas não somos adultos. Quando criança ou em idade mais avançada vivenciamos a cidade de maneira diferente, tendo assim necessidades diferentes a serem atendidas. A cidade democrática se faz a partir da participação pública, buscando formas de governar possíveis de diálogo entre os diversos grupos sociais. A mulher deve ser agente promotor do desenho urbano, visando assim um projeto que atenda as demandas sobre um olhar feminino e tenha sua presença simbólica (monumentos, estátuas etc.) visível na cidade. Regenerar a cidade urbana significa criar e consolidar o espaço público sustentável e socialmente inclusivo, permitindo a possibilidade de promover um desenvolvimento urbano com dedicação especial aos socialmente vulneráveis (NOVAS, 2014).

Para que, dentro da esfera urbana, todos sejam beneficiados, todos devem estar dentro dos processos de criação da cidade. Quando falamos de cidades inclusivas para as pessoas, estamos falando da soma de olhares, vivências e principalmente da importância de ocupar as ruas e os espaços públicos, gerando assim uma pluralidade e diversidade. Se queremos uma cidade para todos, com soluções inovadoras e sustentáveis, precisamos de um olhar atento e cuidadoso perante as mais diversas existências. Dando, principalmente, voz às minorias, quando o objetivo, de fato, for construir uma sociedade democrática.

Segundo Montaner e Muxí (2014), temos duas reflexões que permeiam e se tornam fundamentais para o debate de gênero na cidade, são: o entendimento de como se constitui a construção dos gêneros na modernidade, trazendo as dimensões da esfera pública e da esfera privada. E o modo, que há mais de 30 anos, as cidades têm sido planejadas por setores e pensadas na escala dos automóveis, gerando cidades que segregam funções, classes, raças e gêneros. O destaque para as

exclusões implicadas na conformação de uma esfera pública mostra que os valores que nela imperam não são abstratos nem universais, mas se definiram, historicamente, a partir da perspectiva de alguns indivíduos em detrimento de outros (YOUNG apud BIROLI, 2014).

O privado se constitui como direito à propriedade, à privacidade e à intimidade, e o público como validação da igualdade de oportunidades, de ofertas e de serviços e de bem-estar. Se é na esfera pública que se encontra o comum e compartilhado, é nessa esfera que o social faz ligação com o privado. Porém, a esfera privada está relacionada à intimidade e à propriedade, e essa concepção parte da ideia de “estar privado de coisas essenciais de uma verdadeira vida humana. Estar privado da realidade que provém de ser visto e ouvido pelos outros” (MONTANER; MUXÍ, 2014, p.19).

Sendo a mulher privada da vida pública, e o espaço privado (domiciliar), um lugar protegido da intervenção do Estado, contribui para manutenção da posição de dependência, relações hierárquicas de poder e limitação da autonomia das mulheres. Restringir a ciência do que ocorre dentro da esfera doméstica, bloqueia a proteção aos indivíduos vulneráveis, sendo uma grande ferramenta para manutenção da dominação masculina (PATERMAN apud BIROLI, 2014). Em um contexto ideal ambas esferas, pública e privada, deveriam caminhar juntas, pois ambas cabem na esfera social, uma vez que os direitos e as relações de poder garantidos por uma parte, será sentido na outra parte.

É recente a conquista de direitos básicos, como a participação da vida política, acesso aos estudos e ao mercado de trabalho². Quando o acesso à educação é conquistado pela mulher - isso dentro da arquitetura e urbanismo - e se torna possível exercer a profissão, seu local de fala era direcionado às questões do lar, como desenhar cozinhas, decoração de interiores, jardins, residências etc. Enquanto, para os homens, a tarefa era planejar, projetar e pensar a cidade e seus edifícios em grande escala. Se destaca também aqui, um lento avanço que visa eliminar a ordem social desigual entre os gêneros. Desigualdade essa que impõe salários mais baixos às mulheres para realizar as mesmas funções dos homens, com jornadas duplas e triplas, sendo submetidas a abusos morais e sexuais, pouca representação política, reduzindo a possibilidade de que as questões definidoras como relevantes a partir da experiência própria da mulher na vida doméstica – como o cuidado com as

² Os primeiros cursos de arquitetura foram regulamentados pela lei *Land-Grant* nos Estados Unidos entre 1868 e 1871. Em 1910 50% dos cursos de arquitetura dos EUA ainda negavam acesso às mulheres. Mesmo na Bauhaus, que é tida como um dos mais significativos modelos de ensino de arquitetura, artes e design do século XX, o acesso para mulheres era dificultado, e quando permitido, elas eram destinadas a ocupar posições secundárias (COELHO, 2015).

crianças e os idosos e a violência e a dominação de gênero na família – ganhem visibilidade nos debates políticos e na agenda pública (BIROLI, 2014).

O trabalho do arquiteto e urbanista é mais que criar formas bonitas, elegante e escultural. Como todo profissional o mesmo tem uma responsabilidade social e humana ao exercer seu trabalho, principalmente no caso de projetar espaços públicos, pois esses ambientes serão destinados ao uso coletivo e deve ser acessível a toda sociedade, mais não foi sempre que esse profissional fez parte da construção das cidades. Diante da crise nas cidades no início do século XX, foi necessário investir em pessoas qualificadas, que estudassem e compreendessem o desenvolvimento das cidades, bem como os espaços públicos, a fim de mitigar os problemas existentes e ajudar na criação de novos projetos urbanos. É nessa ocasião que os arquitetos e urbanistas começam a fazer parte das construções das cidades, consequentemente de espaços públicos. Contudo, tal atividade pertencia majoritariamente aos homens, visto que as mulheres não possuíam representatividade junto a sociedade por conta do preconceito existente.

A arquitetura de espaços coletivos, em geral, pressupõe a existência de um cliente que é representado por uma instituição, organização, empresa ou até mesmo o Estado. Nestes casos, a contratação das mulheres, durante várias décadas do século XX no Ocidente, foi dificultada por uma série de razões, como o fato de que o número de arquitetas nas primeiras décadas deste século era muito menor do que o de arquitetos (GODINHO, 2013, p. 84).

Como podemos ver as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para acessar o ambiente acadêmico e profissional se deu por diversos fatores. Ao conseguir se profissionalizar a mulher encontrou oportunidades de desenvolver projetos no espaço privado sendo estes ligados diretamente a questões do lar, como projeto de residências e trabalho como design de interiores, ao homem por outro lado conseguia realizar trabalhos tanto no espaço público como no privado.

Neste contexto, a situação das arquitetas, em especial na América Latina, não era das mais favoráveis, uma vez que não só esta era uma profissão tradicionalmente associada aos homens, ao contrário das letras e do magistério, como também essencialmente ligada ao ato da criação, e, evidentemente, uma das vertentes de produção da cultura (GODINHO, 2013, p. 8).

Infelizmente o preconceito no desenvolvimento profissional da mulher pode ser percebido em diversas profissões, não ficando restrito apenas ao campo da arquitetura e do urbanismo. Durante séculos as mulheres foram marginalizadas profissionalmente pelo simples fato de serem mulheres.

Profissionais mulheres do Cone Sul atrás das revistas especializadas

As revistas especializadas nos trazem um conteúdo alternativo às referências hegemônicas. No Brasil, entre as décadas de 1940 a 1960 foram veículos de informações não só locais, mas também internacionais, incluindo mulheres e discussões a partir de suas percepções.

Em Minas Gerais, a revista de *Arquitetura e Engenharia*, foi criada em 1946 e circulou até 1965, com o apoio do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB); na direção esteve o advogado Geraldo Godoy Castro. Apesar do vínculo da revista com o IAB, o conteúdo manteve-se predominantemente tecnicista e com uma quantidade pequena de profissionais mulheres. Dentre a parcela de autoras identificadas estão as arquitetas Suzy de Mello, Deise Ottoni Barbosa, além dos projetos de residências em Maceió, elaborado por Lygia Fernandes, arquiteta nascida em São Luís (MA), que seguiu os princípios do modernismo nos seus projetos, porém adequados às características climáticas e locais do Nordeste.



Figura 01: Arquiteta Lygia Fernandes. **Fonte:** Silva (1991).

Além disso, juntamente com o arquiteto Affonso Reidy, Lygia Fernandes também desenvolveu projetos urbanos a exemplo do Conjunto da Gávea, Pedregulho, Colégio Paraguai Brasil e a Escola de Aeronáutica em São José dos Campos.

Com esses exemplos é possível constatar que grande parte das mulheres que elaboraram projetos urbanos estiveram vinculadas a instituições públicas; além disso, a participação de mais mulheres na autoria de projetos é muito maior quando outra mulher ocupa um cargo de relevância. Temos como exemplo, a revista *Habitat*, pois foi dirigida por uma mulher, Lina Bo Bardi, que junto com seu marido Pietro Maria Bardi estiveram na edição e direção. A mesma foi criada em 1950 na cidade de São Paulo, em um período onde o campo cultural estava mais fortalecido e beneficiava as artes plásticas e a arquitetura. Foi uma revista de cultura contemporânea, dedicada à arquitetura, pintura, escultura, desenho industrial, artes gráficas e visuais. Esta revista possuía uma periodicidade irregular e circulou até 1965 nas principais cidades do país e no exterior. De acordo com Fontes (2016, p.155) “a revista é um meio de construção de um discurso de modernidade afinado com as artes gráficas, o desenho industrial e todas as produções artísticas comprometidas com a construção de uma sociedade moderna”. Por este motivo *Habitat* estava vinculada ao Museu de Arte de São Paulo (MASP), ao Instituto de Arte contemporânea (IAC) e ao Studio de Arte Palma. Durante o período de circulação da revista houve momentos bem definidos, identificados através da mudança de capas e subtítulos diferentes. Na edição de janeiro de 1950 o periódico é nomeado como “Revista das artes no Brasil”, em setembro de 1955 é denominada como “Revista de arquitetura e arte” e na edição de junho de 1962 este nome é ampliado para “Revista brasileira de arquitetura, artes plásticas, artesanato e decoração contemporânea”.

A partir da análise do conjunto de publicações, percebe-se uma grande produção da arquiteta Lina Bo Bardi e vários textos de artistas como Tarsila do Amaral e a fotógrafa e pintora alemã, Alice Brill, que revelou a partir do seu trabalho artístico o espaço urbano e cotidiano paulistano. Sendo assim, temas relacionados à arquitetura e urbanismo surgem somente com mais frequência na década de 1960, com diversas publicações de projetos das profissionais Lygia Fernandes e Maria de Lourdes Teixeira.

A revista *El Arquitecto Peruano* trata-se de uma revista especializada, publicada entre os anos de 1937 e 1977 por Fernando Belaunde Terry, arquiteto formado pela Universidade do Texas e diretor da revista por 25 anos. Com grande importância nas publicações de arquitetura do século XX no Peru, a revista estava ligada aos mais variados eventos de arquitetura e planejamento urbano no cenário internacional, Diante de sua popularidade, a revista *El Arquitecto Peruano* ficou conhecida por ser uma grande influenciadora na realidade peruana; nessa perspectiva a partir da década de

trinta a revista buscou analisar outros grupos de revistas de arquitetura europeia e norte-americanas para a construção formal e temática do perfil do arquiteto peruano. Assim, muitas referências dos períodos iniciais foram baseadas nas revistas *The Architectural Forum*, *American Architecture*, *California Arts* e junto a estas as revistas alemãs *Moderne Bauformen* e *Dekoration* que pouco circularam após a Segunda Guerra Mundial, visto que as relações entre Peru e Estados Unidos se intensificaram. No entanto, poucas foram as profissionais sul-americanas mulheres que apareceram na revista, dentre elas Bertha Zegarra, Carmen Renard, Eliana Castro e Clotilde Mendiola.

Para a consolidação, ampliação e divulgação do urbanismo, muitas mulheres foram fortes e persistentes durante a construção da sua carreira profissional, como é o caso da Arquiteta Bertha Zegarra. Ela nasceu em 1923 no Peru, onde passou sua infância ao lado da família, inspirada por sua irmã resolveu seguir a carreira de arquiteta. Conforme afirma Velásquez Castillo (2011), Bertha enfrentou dificuldades ao tentar ingressar na *Escuela de Ingenieros*, visto que a Instituição alegava já possuir muitas mulheres graduadas e estudantes na Escola, apesar disso com o seu empenho e firmeza a jovem conseguiu ingressar no curso em 1942. Ainda assim, os obstáculos enfrentados por ela não se restringiram apenas à sua matrícula. Após um ano de curso ela foi reprovada em geometria descritiva, sem querer frequentar as aulas após descobrir que essa seria uma estratégia utilizada pela escola para as alunas desistirem do curso, mas diante da insistência de sua mãe resolve seguir com o curso de arquitetura (VELÁSQUEZ CASTILLO, 2011, p.76). Embora existissem muitas “piadas” no meio acadêmico devido à presença das mulheres, todos a tratavam com muito respeito e quando questionada sobre o seu curso Bertha sempre respondia com muita firmeza: “a arquitetura é uma profissão feminina. Quem conhece mais a casa do que a mulher?” (ZEGARRA apud VELÁSQUEZ CASTILLO, 2011, p. 76). De acordo com as afirmações de Velásquez Castillo, em 1947 Bertha Zegarra concluiu os estudos; posteriormente ela teve uma ativa participação em congressos e concursos, a exemplo do Congresso Nacional de Urbanismo em Roma onde viajou com o arquiteto Ricardo Wagner.



Figura 02: Arquiteta Bertha Zegarra. Fonte: Urquizo (2011).

A sua atuação no Urbanismo ficou marcada por grandes contribuições. Por exemplo, obteve o terceiro lugar no concurso para *Casas Baratas* (1954) junto a arquiteta Eliana Castro, ajudando a entender o déficit habitacional existente em Lima após o terremoto na década de 1940. Além de suas contribuições críticas, Bertha trabalhou em órgãos públicos como o *Ministerio de Vivienda* e o *Ministerio de Fomento y Obras Públicas*.

Outra personalidade importante no Urbanismo foi a arquiteta argentina Carmen Renard, que explora fortemente o assunto, como por exemplo, *Los pueblos Greenbelt en los Estados Unidos* onde vincula esta experiência urbanística ao contexto da política do New Deal, além de mencionar a relação da tradição urbanística e as aproximações de E. Howard com a cidade-jardim e os de Henry Wright e Clarence Stein em Radburn de 1928. Importante ressaltar também suas contribuições na proposta de cursos da América Latina com publicações em revistas referências no continente. O artigo *La enseñanza del urbanismo en las universidades dos EUA* analisa a estrutura acadêmica de quatro seções de urbanismo existentes em uma Universidade, e outro ligado à prática do Urbanismo como disciplina responsável pelas problemáticas da cidade. No que diz respeito ao pensamento crítico de Carmen sobre urbanismo pode-se afirmar que é fruto de suas viagens ao exterior, em 1940 ela ganhou uma bolsa de estudos do Instituto Cultural Argentino-Norte-Americano para cursar uma pós-graduação na Universidade de Columbia (HUAPAYA et al., 2018).

O caso Argentina, não dista deste panorama. Conforme afirma Daldi (2018), a primeira mulher a se inscrever para o curso de Arquitetura na Argentina foi Filandia Pizzul, sendo a única mulher da Instituição até 1926 e tornou-se a primeira arquiteta mulher em 1929. Pizzul foi pioneira no campo da Arquitetura, iniciou sua prática profissional em 1928, como vice inspetora de trabalhos na Comissão Nacional de Asilo e Consultoria Hospitalar, além de atuar ao longo de sua carreira como Diretora Geral de Oficinas e Conservação do Ministério de Saúde Pública da Nação, Diretora Geral de Conservação do Ministério de Obras Públicas da Nação e assessora do Diretor Nacional de Arquitetura. De acordo com Muxi (2019), Filandia Pizzul afirmava no início de sua carreira que a mulher estava mais preparada para a arquitetura doméstica, porém ao analisar a sua fala observa-se que ela trabalhava e era diretora de órgãos públicos que não se dedicavam à moradia, além de trabalhar com projetos de hospitais.

A Revista de Arquitetura traz nomes de mulheres arquitetas como: María Luisa García Vouilloz, Itala Fulvia Villa e Carmen Renard, já mencionada neste artigo, que foram mulheres importantes no campo da Arquitetura e principalmente do Urbanismo. María Luisa García Vouilloz foi a segunda arquiteta graduada na Argentina, seu trabalho foi publicado na revista de arquitetura dedicado a matéria *Arquitectura IV* ainda quando era estudante, ela foi a segunda mulher com publicação na revista cuja obra era intitulada: *Un Casino*. Vouilloz também foi autora do *Balneario Núñez* em 1947, junto a René Nery. Quanto a arquiteta Itala Fulvia Villa pode-se afirmar que sua participação em órgãos públicos e setores de urbanismo foi intensa durante sua trajetória profissional um dos exemplos mais significativos foi a *Urbanización del bajo de Flores* realizado junto ao arquiteto Horácio Nazar, em Buenos Aires.



Figura 03: Arquiteta Itala Fulvia Villa. Fonte: Villa (1938).

Esse projeto recebeu prêmio por ter ocupado o primeiro lugar no *IV Salón Nacional de Arquitectura* em 1945. O bairro no qual o projeto foi proposto, era ocupado desde o início do século XIX por populações de baixa renda, na década de 1940 bajo de Flores apresentava graves problemas de organização e saneamento (AZPIAZU apud HUAPAYA, 2018). Assim, os arquitetos criaram soluções de reordenamento espacial, através de novas vias de tráfego de veículos, zoneamentos e melhorias no saneamento e controle de águas pluviais.

Em vista do que foi apresentado, entendemos que as revistas aqui mencionadas cumprem não só um importante papel no processo de gênese e construção do campo disciplinar e profissional da arquitetura, mas também trouxe visibilidade a importantes profissionais mulheres no campo da arquitetura.

Referências

AGREST, D. I. À margem da arquitetura corpo, lógica e sexo. NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica, 1965-1995. 2. ed. rev. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2008. pp. 585-599.

ALMANDOZ, A. Mudanças políticas e institucionais para o planejamento latino-americano do segundo pós-guerra. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org.). **Urbanismo na América do Sul**: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 13-41.

BENAVIDES CALDERÓN, L. A. **Revista Peruana de Arquitetos**: revisão da cultura arquitetônica do Peru 1937/1977. 2015. 295 f. Tese (Doutorado) - ETS Arquitectura (UPM), Espanha, 2015.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

COELHO, L. R. **Da cozinha para a rua (1880-2014): a afirmação da mulher como arquiteta**. Brasília: FAU/UnB, 2015.

DALDI, S. N. La participación de las primeras arquitectas en la Revista de Arquitectura (Argentina, 1926-1947). **AREA - Agenda de Reflexión en Arquitectura, Diseño y Urbanismo**, Buenos Aires, n. 24, oct. 2018. Disponível em: <<https://area.fadu.uba.ar/area-24/daldi24/>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

FARINASSO, G. C. **Público e privado, masculino e feminino**. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://www.arquitetasinvisiveis.com/single-post/2016/03/04/P%C3%BAblico-e-privado-masculino-e-feminino>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

FONTES, M. L. de. **Mulheres invisíveis a produção feminina brasileira na arquitetura impressa no século XX por uma perspectiva feminista**. Dissertação (Mestre em Arquitetura e Urbanismo), Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília, Brasília.

GOMES, M. A. A. de F.; HUAPAYA ESPINOZA, J. C. Olhares cruzados: visões do urbanismo moderno na América do Sul, 1930-1960. In: GOMES, M. A. A. de F. (Org.). **Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960**. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 13-41.

HUAPAYA ESPINOZA, J. C.; VASCONCELOS, C. D. C.; TAPIA, N. M. A. N.; SANTOS, P. G.; RUBIO, S. R. Urbanismo Moderno Feminino: um olhar sobre a contribuição de arquitetas e urbanistas sul-americanas, 1934-1962. In: XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2018, Rio de Janeiro. Anais do **XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Rio de Janeiro: Even3, 2018. v. 1.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LIMA, A. G. G. **Arquitetas e Arquiteturas na América Latina do Século XX**. São Paulo: Altamira, 2014.

MEDRANO, R. H. Notas sobre a América do Sul na historiografia urbana brasileira. In: GOMES, M. A. A. de F. (Org.). **Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960**. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 13-41.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. **Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MUXÍ, Z. Filandia Pizzul 1902-1984. Disponível em: <<https://undiaunaarquitecta4.wordpress.com/2019/03/18/filandia-pizzul-1902-1984/>>. In: **Un Día/ Una Arquitecta 4**. Acesso em: 24 ago. 2019.

NOVAS, M. **Arquitectura y género: una reflexión teórica**. Tese (mestrado). Universitat Jaume I - Castellón, Espanha, 2014.

PINHEIRO, E. P. Circulação de ideias e academicismo: os projetos urbanos para as capitais do Cone Sul, entre 1920 e 1940. In: GOMES, M. A. A. de F. (Org.). **Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960**. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 13-41.

SILVA, M. A. **Arquitetura Moderna: a atitude alagoana**. Maceió: SERGASA, 1991.

URQUIZO, Wiley Ludeña (Ed.). **Arquitectos, arquitectas, pioneros, pioneras**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, Fondo Editorial, 2011.

VELÁSQUEZ CASTILLO, C. Mujer y arquitectura en el Perú. Pioneras. In: LUDEÑA URQUIZO, W. (Org.). **Arquitectos/Arquitectas, Pioneros/Pioneras**. Lima: Facultad de Arquitectura y Urbanismo/Pontificia Universidad Católica del Perú, 2011, pp. 65-87.

VILLA, Í. F. Nuevos Arquitectos Engresados De La Facultad De Ciencias Exactas Fisicas Y Naturales De La Universidad De Buenos Aires. **Revista de Arquitectura**, n. 160, Argentina, 1934.